

“DESAGRAVOS DO BRASIL E GLÓRIAS DE PERNAMBUCO”: CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DA GUERRA ANTI-HOLANDESA NA IMPRESA CARIOCA NO SEGUNDO REINADO¹

Artur José Renda Vitorino²

Introdução

Em nossos estudos em torno da História Regional, não nos propomos tomar a região meramente como recorte espacial e suporte físico envolvendo uma diversidade de áreas do conhecimento histórico. Consideramos que a região, como linha de pesquisa, exige estudos e reflexões de caráter teórico e metodológico específicos desse recorte, e uma abordagem integradora, envolvendo as várias esferas da existência, nos seus vários níveis de realidade, visando reconstruir analiticamente o processo histórico de sua construção. A região, então, é uma construção histórica que não está *a priori* definida geograficamente e, muito menos acabada, de uma perspectiva física e natural.

É desta forma que compreendemos a região de Pernambuco, que foi constituindo sua identidade social e política desde o período colonial³, e, especialmente ao longo do Oitocentos, ela foi se diferenciando de uma outra região, a região Centro-Sul do Brasil, cujo epicentro era a cidade do Rio de Janeiro, capital do vice-reinado (1763) e depois do Brasil independente. A centralização em torno do Rio de Janeiro, especialmente após a transmigração da corte em 1808, foi um ato político-administrativo que influenciou e enlaçou as demais regiões brasileiras em torno de si. E essa força centrípeta, exercida pela Corte imperial do Rio de Janeiro sobre as demais províncias do Brasil, ganhou mais força após a implementação das políticas de Estado gerenciadas pelo partido Conservador a partir dos anos 1840.

Pernambuco buscou escapar dessa força centrípeta a fim de ganhar autonomia regional através de um projeto federalista⁴. Mas a tônica dessa nossa exposição não recairá em torno desse problema. A nossa contribuição será em buscar uma explicação do porquê das produções historiográficas sobre o período da guerra contra

¹ Este título tem como referência o livro *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, de Dom Domingos Loreto Couto, concluído em 1757. Sua publicação só veio a ocorrer em 1904, nos volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, por iniciativa de Manuel Cícero Peregrino da Silva.

² Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. Docente da Faculdade de História do Centro de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-Mail: <arturvitorino@uol.com.br>.

³ MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora Senac-SP, 2001.

⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

os holandeses pelos brasílicos⁵ no século XVII terem sido resgatadas e publicadas em pleno século XIX, e isso quando a tutela do Rio de Janeiro sobre o Norte do país era incontestável e irreversível.

A Corte imperial e a centralização Saquarema

Ao longo do Segundo Reinado (1831-1889), que as políticas financeiras praticadas pelos partidos Conservador e Liberal eram diametralmente opostas quando um deles estava no comando da pasta da Fazenda. Enquanto os Liberais tomavam medidas para *descentralizar* a emissão e aumentar a moeda em circulação para facilitar o crédito e estimular as transações comerciais internas e o setor exportador; os Conservadores procuravam segurar as rédeas da economia ao *centralizar* a emissão e enxugar o meio circulante para manter uma moeda brasileira forte e estável, e uma taxa cambial alta.

Ao aumentar as moedas em circulação, o partido Liberal conseqüentemente estimulava a especulação na bolsa de valores, o que desestabilizava o valor da moeda, mas aumentava os rendimentos dos exportadores. No entanto, ao mesmo tempo, ele procurava reduzir os gastos públicos para assim poder reduzir os impostos. Já o partido Conservador, mesmo aplicando medidas monetárias restritivas para estabilizar o valor da moeda e dar impulso a uma taxa cambial alta, também favorecia as grandes casas comerciais engajadas na importação, as instituições bancárias inglesas e aumentava os gastos públicos, o que o forçava a financiar a dívida pública através da alta de juros, do aumento de impostos e da realização de empréstimos externos.

De uma perspectiva política, seria provável, como já salientou Raymundo Faoro⁶, que os fazendeiros estivessem mais próximos do partido Liberal do que do Conservador, visto que os mandamentos descentralizadores e até federalistas dos liberais poderiam atribuir o comando político aos poderes locais, já que, do outro lado, o partido Conservador, com seus próceres Vasconcelos, Olinda, Eusébio, Itaboraí, Uruguai e Paraná, apesar de ter estabelecido uma aliança de magistrados e fazendeiros, esta ligação estava sobreposta pelo princípio que fez surgir o partido Conservador: o fundamental e preponderante princípio do triunfo do centralismo.⁷

⁵ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica - viagem da armada da Companhia de Comércio e Frotas do Estado do Brasil*. Produção e organização de Murilo de Andrade Lima Lisboa. Edição atualizada e revista por Paula Maciel Barbosa. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001 [1675].

⁶ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988, p. 341-397; FAORO, Raymundo, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988, p. 162.

⁷ Sobre os princípios do partido Liberal, instaurados a partir de 1831, e os do partido Conservador, datados de 1836 em diante, ver: BRASILIENSE, Américo, *Os programas dos partidos e o 2º Império* - Primeira parte: exposição de princípios. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878. Uma investigação histórica da famosa afirmação atribuída a Hollanda Cavalcanti – “Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987. Há de ressaltar que os dois partidos mantiveram uma fidelidade programática canina: o partido Conservador defendeu sempre as instituições-base do Segundo Reinado: Poder Moderador, Senado vitalício, Conselho de Estado, através de ações políticas centralizadoras – enquanto o Liberal as combateu, inclusive através de rebeliões.

Contra as tendências centrífugas desencadeadas durante a Regência (1831-1840), o partido Conservador, diante do território já herdado, vislumbrou que, além do território, um Estado se define pela *centralização* do poder (político e administrativo). Estabelecido por sua elite política *nacional*, o Estado monárquico precisava de receita para se manter.

Os gabinetes conservadores e liberais, ao lidarem com as contas do governo agiam de forma diferenciada: o partido Conservador mostrava-se, através do orçamento aprovado, estar mais próximo dos grupos comerciais mais representativos do setor exportador e importador e da concentração do poder no Rio de Janeiro através do monopólio de emissão; ao contrário do partido Liberal, que com determinada linha orçamentária tendia a favorecer os empreendedores nacionais e os produtores rurais⁸.

Contudo, devido à força inercial político-administrativa implementada pelos Conservadores⁹, mesmo quando o partido Liberal estava no centro decisório do poder, os resultados de suas ações tendiam a favorecer os interesses das grandes casas comerciais importadoras e exportadoras, dos banqueiros e dos senhores do crédito, em detrimento aos interesses dos senhores proprietários rurais e dos empreendedores e comerciantes nacionais¹⁰.

Ao contrário do que supõe parte da historiografia, o fazendeiro de café apresentava uma dependência diante do processo de circulação controlado pelos financiadores da produção – bancos, casas comerciais e comissários. Deste modo, havia um domínio do capital mercantil na economia cafeeira, em que a cidade controlava e drenava o lucro do campo para ela.

Com a abolição do comércio negreiro internacional, o capital da cáfila de negreiros foi absorvido pelo mecanismo bancário e monetário monitorado pelo partido Conservador. A inversão do capital dos mercadores negreiros para a capital do império foi o fator preponderante que catalisou o maior centro financeiro e comercial do país, configurando nela uma *economia urbana mercantil* cuja dinâmica entrelaçou o veio exportador agrícola com o veio importador de manufaturados e alimentos.

Dentre as características dessa *economia urbana mercantil* da Corte depois de 1850, estava a subordinação da economia agrícola exportadora do Vale do Paraíba fluminense a ela, ou seja, a grande maioria dos senhores de terra era dependente do crédito e da moeda alocados na cidade. Tal mecanismo fez drenar grande parte dos excedentes da exportação agrícola para os comissários e banqueiros instalados no Rio de Janeiro. Num lance político realizado pelo partido Conservador, a exígua economia monetária brasileira foi garroteada por um mecanismo *centralizador* que fazia com que todos os rendimentos monetizados fossem remetidos para a Corte. Os comerciantes desta cidade, aliados à tradição mercantilista, financiaram e ganharam

⁸ ALMEIDA, Tito Franco de. *A grande política: balanço do Imperio no reinado actual - liberaes e conservadores - estudo politico-financeiro*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artistico, 1877.

⁹ MATTOS, *O tempo saquarema*.

¹⁰ Conforme demonstrou Carvalho, a elite política frequentemente provou ser capaz de agir contra poderosos setores da classe dominante. Um forte exemplo disso foi a promulgação da Lei do Ventre Livre, pelo Gabinete conservador chefiado pelo Visconde de Rio Branco, que foi realizada apesar da ferrenha oposição dos plantadores de café das três províncias chave do Império: Rio, São Paulo e Minas. CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice/ Editora dos Tribunais; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, p. 50-83.

com a importação dos mais diversos produtos, fazendo do Rio um centro importador e consumista.

As amarras do sistema bancário ao desenvolvimento econômico não foram somente uma consequência lógica da dinâmica do capital mercantil, mas foi também o resultado do mecanismo político instituído pelo partido Conservador. A política monetária e a arrecadação fiscal implementada pelos conservadores fizeram com que todo o ritmo de acumulação dependesse das institucionalizações estatais, subordinando a agricultura exportadora, atravancando o desenvolvimento manufatureiro e drenando os lucros monetizados da acumulação produtiva mais dinâmica do país para a capital do Império. A Corte, constituindo-se no epicentro da economia nacional, vai absorver os lucros produtivos através do sistema bancário e de crédito. Este sistema, por sua vez, realimentou, através dos comissários, a produção agrícola exportadora e tonificou a importação de bens de consumo.

Para manter essa dominação, os Conservadores adotavam uma política monetária e de crédito que restringiam o desenvolvimento do mercado interno. A reprodução da miséria era um cálculo político para produzir a dependência econômica duplamente articulada: de um lado, o apoio dos votantes e eleitores aos Conservadores significaria um emprego numa repartição pública; de outro, como o mercado interno estava preso aos interesses do capital mercantil, ele não foi capaz de realizar a generalização do trabalho assalariado e bloqueou o crescimento da produção manufatureira, cujo mercado interno ficou incapacitado de incorporar o conjunto da população aos frutos do seu crescimento econômico¹¹.

Quanto à Província de Pernambuco, que compõe um dos principais capítulos do nativismo da política e da historiografia do Segundo Reinado, atesta-nos Evaldo Cabral de Mello que:

A história financeira do Império registra o fato inusitado de que as províncias do norte, que produziam apenas cerca de um terço da receita, eram também as que transferiam maiores saldos para o caixa do Estado. Isso devia basicamente a que gastos governamentais concentravam-se no centro-sul, não só por motivo da presença administrativa no Rio de Janeiro, mas também por causa dos investimentos em imigração estrangeira e em obras de infra-estrutura. Como o sistema fiscal continuava a repousar nos impostos gerados

¹¹ Graham (1973) e Eisenberg estudaram o processo modernizador em seus aspectos econômicos, discutindo até que ponto a modernização efetivamente ocorreu, ou se não ultrapassou os limites (como no caso dos engenhos centrais nordestinos estudados por Eisenberg) de uma “modernização sem mudanças”, conservadora. Também, sobre como as idéias de três intelectuais (Rebouças, Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay) influenciaram nas reformas éticas e morais do país, embora cada um deles defendesse um ponto de vista distinto – Rebouças, motivado pelas mudanças nos Estados Unidos, defendia reformas “americanas”; Nabuco, “inglesas” e Taunay, “francesas”, ver: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ-UCAM, 1998. Ainda sobre se haveria um processo modernizador geral que acabaria vencendo todos os arcaísmos no Brasil, a análise de Graham (1997) sobre a perenidade da patronagem brasileira desde o Império configura uma negativa categórica da teoria da modernização. GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e a modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973; GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

*pelo comércio exterior, eram as grandes províncias exportadoras que pagavam a fatura da unidade do Império, enquanto as que encontravam menos dependentes do mercado internacional viam-se menos oneradas pelo fisco imperial.*¹²

Aliada à drenagem de receita líquida das províncias do Norte (especialmente da de Pernambuco) para o Centro-Sul do Império¹³, que como uma força centrípeta fazia escoar para o Rio de Janeiro os rendimentos da produção advindos dos quatro cantos do país, Pernambuco ainda remoía a derrota da nobreza na guerra civil de 1710-1711, que aniquilara as pretensões autonomistas relativamente a Lisboa, assim como também se ressentia das *déblâcles* de 1817 e 1824, que culminara na revolução de 1848, por vergar de vez “a ferida de narciso” pernambucana à centralização imposta pelo Rio de Janeiro. O libelo intitulado *A liberdade no Brasil, seu nascimento, vida, morte e sepultura* de Affonso D’Albuquerque Mello¹⁴, que surgiu no Recife em 1864, trazia estampado em seu título o sentimento dessa província com relação à economia política que transpassava a querela verbal entre conservadores e liberais quando um deles ocupava o centro decisório de poder de Estado na Corte imperial do Rio de Janeiro.

Pernambuco colonial e a sua Representação Literária no século XIX

Tendo em vista os testes autonomistas compostos pelos pernambucanos no processo da Independência - 1817, a junta de Gervásio Pires Ferreira (1821-1822) e 1824 – seria bastante rico reconstituir o debate historiográfico acerca dos estudos sobre a guerra anti-holandesa em meio às discussões políticas presentes na Corte imperial do Rio de Janeiro sob os efeitos das intenções federalistas da Província de Pernambuco, sobretudo com a revolta Praieira de 1848.

Para tanto, não terá sido indiferente que o *Castrioto Lusitano* (1679) tenha tido uma primeira reedição condensada em 1844; que a *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* (1654), de Duarte Albuquerque Coelho, tratando da “guerra de resistência” (1630-1637) ao invasor, fossem publicadas em folhetim no *Jornal do Commercio* em 1855; e que a discussão sobre a guerra holandesa se reacendesse nos saraus, revistas e jornais do Segundo Reinado nos anos 1840-1870.

Evaldo Cabral de Mello explica essa retomada do brio pernambucano pela imprensa do Rio de Janeiro de meados de Oitocentos a partir dos acontecimentos antes e depois da Praieira. Já para Alencastro¹⁵, e apesar de seu caráter antimonárquico, a apropriação imperial do nativismo pernambucano também pode ser entendida como um modo de lustrar o ego dos brasileiros diante da humilhante estratégia adotada pelo Brasil de manter o tráfico negreiro mesmo perante o poderio militar inglês e da retórica diplomática de declarar esse ato brasileiro como uma ação pirata pela

¹² MELLO, *A ferida de narciso...*, p. 108-109.

¹³ VILLELA, André A. Distribuição regional das receitas e despesas do Governo Imperial. In: XXXII Encontro Nacional de Economia. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*. João Pessoa: UFPB, 2004.

¹⁴ MELLO, Affonso D’Albuquerque. *A liberdade no Brasil, seu nascimento, vida, morte e sepultura*. 2. ed. revista e atualizada, com apresentação de Nelson Saldanha. Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 1989 [1864].

¹⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Desagravo de Pernambuco e Glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello, *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n. 26, mar. 1990, p. 219-228.

legislação nacional e internacional. A chegada maciça de proletários portugueses ao Rio de Janeiro a partir da década de 1840, também pôs à baila o quanto o escravismo, gerado pelo colonialismo português havia centúrias, tinha incutido na população livre uma aversão ao trabalho manual, e tal estereótipo travava o arranque do país rumo à sua modernização. E como tanto o mercado atacadista quanto o de retalhos estava sob o controle dos portugueses, toda carestia da cesta alimentar que afetava os nacionais livres urbanos era imputada à ganância presente no espírito mercantil e industrial dos portugueses residentes no Brasil. Nessa delimitação da nação e do nacionalismo, os desagrvos de antanho sofridos e vencidos por Pernambuco seriam agora contabilizados como as glórias do Brasil contra qualquer estrangeiro que viesse a ser tornar inimigo.

De fato, quanto ao tráfico negreiro, ele havia sido proibido por lei brasileira somente em 7 de novembro de 1831; mas, sob vistas grossas do Estado, esse comércio ainda continuou a existir ilegalmente por muito mais tempo, até que uma segunda lei aprovada em 4 de setembro de 1850 pôs definitivamente um fim nele. Nesse momento, alguns políticos eram acusados de serem financiados pelos traficantes e outros argumentavam que o tráfico precisava acabar de vez porque a direção dos negócios brasileiros estava quase de todo nas mãos de traficantes luso-brasileiros que viviam no Rio de Janeiro, em Salvador e no Recife. Por terem os traficantes altas somas de capital, muitos figurões em dificuldades financeiras recorriam a eles para pedir dinheiro emprestado. Além disso, os fazendeiros não compravam os escravos dos traficantes ou especuladores à vista, mas em troca de hipotecas, geralmente terra.

Para os políticos brasileiros, a Grã-Bretanha utilizava-se de um palavreado “humanista” para pressionar o Brasil a acabar com o tráfico. Mas, pela perspectiva econômica, a questão determinante era que o Brasil havia se negado, em 1844, a dar continuidade à ratificação feita em 1827 do tratado comercial de 1810, que concedia altas vantagens aos exportadores ingleses para venderem seus produtos no mercado brasileiro – que constituía, também, um canal de reexportação de produtos da *Albion* para a costa da África. O contencioso chegou a ponto de o Parlamento inglês aprovar o *Bill Aberdeen*, em agosto de 1845, que permitiu à Marinha Real britânica radicalizar e tomar como mira de seus vasos de guerra os negreiros que traficavam africanos escravos no Atlântico Sul. Conforme dados fornecidos por Alencastro, “entre 1840 e 1848, enumeram-se quinhentos e cinquenta e seis navios, na sua maioria, brasileiros, confiscados ou afundados pela frota inglesa”¹⁶.

Em meio a esse clima de conflito entre a Inglaterra e o Brasil, os senadores e deputados da Assembleia Geral brasileira reclamavam que a Inglaterra não tinha moral para coagir o Brasil, pois ela havia sido a primeira grande potência narcotraficante do mundo, ao obrigar a China a comprar ópio após derrotá-la em guerra em 1842; além do mais, os ingleses não precisavam de tantos braços, porque tinham ocupado um grande território na Índia, podendo servir-se de seus 40 milhões de habitantes.

Mas naquele tempo, em que a pilhagem era internacional e corria à solta, a

¹⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Bahia, Rio de Janeiro et le nouvel ordre colonial 1808-1860. In: CHASE, Jeanne (org.). *Géographie du capital marchand aux Amériques - 1760-1860*. Paris: École des Hautes Etudes, 1987, p. 136.

Inglaterra resolveu mudar a situação e tomar conta de vez do pedaço, utilizando-se do argumento da força e da força do argumento. Assim, de um lado concedia aos vasos de guerra da *Royal Navy* poderes para interceptar e, eventualmente, apresar quaisquer barcos negreiros que singravam no Atlântico Sul; e de outro, usava a artimanha retórica da diplomacia e classificava o Brasil como um Estado-pirata.

Quanto ao sentimento antilusitano, ele não estava presente somente na província de Pernambuco. Os conflitos xenófobos entre nacionais e portugueses podiam ser encontrados no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia. Conforme era anotado no *Jornal do Commercio* quando de sua retrospectiva dos acontecimentos mais importantes que havia ocorrido no ano de 1854:

Em Pernambuco deu-se um pequeno desaguado, nascido dessa velha rivalidade que divide uma parte da população nacional e a população portuguesa. Se da diuturnidade dessa rivalidade nos dá testemunho o principio do commercio de retalho constantemente apregoado pelos homens da agitação, não podemos deixar de ver a presteza com que foi acalmado o incidente a que nos referimos sem que delle ficassem dolorosos vestígios, a prova evidente de que muito vão perdendo a sua intensidade ódios tão desarrozoados quão anti-patrioticos.

Todavia, na mais grave occurrencia do anno [de 1854] vamos achar o pernicioso impulso desses ódios. Na Bahia, na segunda cidade do império, verificou-se essa occurrencia. O pintor encarregado do panno da boca do theatro entendeu que devia buscar na historia da província o assumpto de sua pintura, e escolheu, como factó capital, a vinda do primeiro governador portuguez ás terras recentemente descobertas do Brazil, por ter sido esse o alvorecer da civilisação neste abençoado torrão americano. Não o entenderão assim as paixões tumultuarias que se alentão com aquelles velhos ódios: o panno do theatro foi considerado como um insulto á nacionalidade, e provocou um motim em que chegou a ser desrespeitada a autoridade publica, que todavia conseguiu domina-lo sem derramamento de sangue. Esse incidente foi aproveitado pela imprensa da agitação para manter em alarma a população pacífica, e para obrigar o governo á mais activa vigilancia.¹⁷

Ao nosso ver, o alvo a ser atingido com a publicação em forma de folhetim dos feitos brasílicos nas lutas contra os holandeses em Pernambuco, de 1630 a 1638, através das *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho¹⁸, não eram os portugueses. A retomada desse orgulho de conseguir expulsar

¹⁷ *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1855, p. 1-2.

¹⁸ Escritas em castelhano, estas “Memórias” foram publicadas em 1654 em Madri, com a dedicatória do autor ao Rei Don Fernando IV, de Espanha. A edição espanhola (288 p.) já era rara no século XIX, possuindo a Biblioteca Nacional um exemplar; na ótica de editores posteriores, a tradução, publicada no Rio de Janeiro em 1855 não merece crédito. Na versão publicada em 1981 seguiu-se a confrontação da edição de 1944 do Governo de Pernambuco com o texto original por Durval Mendes. Cf. COELHO, Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias da Guerra do Brasil: 1630-1638*. 2. ed. Apresentação e índice onomástico de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982 [1654].

o inimigo externo das fronteiras nacionais tinha em mira os Estados Unidos.

Ainda não era uma questão diplomática internacional, mas o contencioso retórico permeava a crônica da política internacional a respeito da livre navegação no Amazonas. O tom da imprensa – e aqui estamos nos reportando ao diário carioca que publicou em suas páginas as “Memórias” – era de vigilância diante dos atos dos americanos para que houvesse a livre navegação do Amazonas. “A ambição dos Estados-Unidos não tem limites [...] E depois de Cuba, já ahi desponta no futuro das suas aspirações o Amazonas, o Amazonas que é nosso, e que elles quizerião que lhes entregasse o coração da América Meridional!”, detonava o *Jornal do Commercio* de 1º de janeiro de 1855¹⁹.

Na década de 1960, tanto Reis²⁰ quanto Luz²¹ já haviam mostrado que havia um plano de ocupar a Amazônia com milhares de negros norte-americanos, elaborado pelo Governo dos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, defendido pelo Ministro Plenipotenciário de Washington, Gal. James Watson Webb, e pelo brasileiro Tavares Bastos. Mais recentemente, Horne²² mostra que os argumentos de Matthew Fontaine Maury²³, em torno da ideia de tornar a região Amazônica como a válvula de escape dos Estados Unidos, não eram elucubrações vazias, já que a Amazônia pertencente, mas mal governada e administrada pelo império do Brasil, era considerado naquele momento o *deepest South* dos Estados Unidos.

A nossa hipótese, dessa forma, gira em torno da ideia de que a retomada da guerra dos brásicos contra os holandeses em pleno século XIX era parte de um projeto no qual Benedict Anderson denominou de “comunidades imaginadas”²⁴. A formação do Brasil necessitava de narrativas que conseguissem captar a presumível essência nacional do povo brasileiro. Mas, para a centralização Saquarema, a construção de uma ideia geral das origens do Brasil e dos brasileiros, deveria ser a partir do Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro. Deste modo, a guerra contra os holandeses era um feito pernambucano que deveria ser pensado só como um pressuposto metonímico, de que a parte (Pernambuco) representava o todo (a nação brasileira). A partir dessa perspectiva unificadora do Segundo Reinado, o brio pernambucano seria o *caput* da alma brasileira, que não teria medo de repudiar o inimigo externo caso este – no caso os Estados Unidos – resolvesse ocupar a Amazônia.



¹⁹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1º jan. 1855, p. 1.

²⁰ REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982 [1965].

²¹ LUZ, Nícia Vilela, *A Amazônia para os negros americanos: as origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

²² HORNE, Gerald. *The deepest south: the United States, Brazil, and the African slave trade*. Nova York/ Londres: New York University Press, 2007.

²³ O livro de Maury, intitulado *The Amazon River and Atlantic Slopes of South America*, foi editado em 1853. Naquele mesmo ano também foi lançado no Rio de Janeiro, em edição brasileira.

²⁴ Em *Imagined Communities* Benedict Anderson afirmou: “My point of departure is that nationality, or, as one might prefer to put it in view of that word’s multiple significations, nation-ness, as well as nationalism, are cultural artifacts [sic] of a particular kind”. ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of Nationalism*. Londres: Verso, 2002, p. 4.

RESUMO

Circunscrito à segunda metade do século XIX, discorreremos como as ações políticas, administrativas e financeiras criadas e implementadas pelos Saquaremas, instalados na Corte imperial do Rio de Janeiro a partir da década de 1840, atuaram no Norte do país, mais especificamente na província de Pernambucano; e como essas ações foram absorvidas e refletidas pela produção historiográfica pernambucana e pela imprensa carioca em meados do século XIX.

Palavras Chave: História Regional; Representação Literária; Centralização Monárquica.

ABSTRACT

Circumscribed to the second half of century XIX, we will discourse as the actions politics, administrative and financial created and implemented for the Saquaremas, installed in the imperial Cut of Rio de Janeiro since the decade of 1840, they had acted in the North of the country, more specifically in the province of Pernambucano, and as these actions had been absorbed and reflected for the history of the history of Pernambuco production.

Keywords: Regional History; Literary Representation; Monarchic Centralization.